

AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM CABO VERDE : UMA ANÁLISE DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Oziel Duarte Morais

Aluno de Doutorado em Política, Administração e Sistemas Educacionais

mestreoziel@gmail.com

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

Resumo

Após sua Independência em 1975, Cabo Verde inicia um processo de consolidação como estado independente, e um dos caminhos que ela trilha, na busca deste objetivo é o da educação. Nas últimas três décadas ela busca a consolidação do seu sistema educativo e, especialmente na pós-vida do milênio, ou seja, na última década, ela canaliza seu maior esforço no ensino superior, e este trabalho procura entender este pouco mais de uma década (2001-2014) de ensino superior no país, com foco específico na pós-graduação. Depois de uma década de Ensino Superior em Cabo Verde, foram criados alguns cursos de pós-graduação, a maioria por meio de cooperação e parcerias com universidades de outros países, essencialmente da CPLP. Entender a criação e a efetivação das políticas de pós-graduação, a criação de novos cursos, sua preponderância neste subsistema educativo, e frente as demandas sociais e de mercado, carece de uma análise, compreensão e acima de tudo observar seus resultados, quando se objetiva um Ensino Superior de qualidade. A maioria das instituições de Ensino Superior já possuem cursos de mestrado e doutorado, e algumas especializações. Muitas delas já formaram seus primeiros diplomados, e continuam criando novos cursos nas mais diversas áreas. Nada melhor que entender, parâmetro e desde cedo, por meio de uma avaliação destes cursos, olhando a qualidade destas ofertas. E ainda neste estudo sobre o tema procuramos entender como Cabo Verde se encontra frente aos Propósitos de Bolonha, os Objetivos do Milênio (ODM), as conquistas e os desafios a serem vencidos.

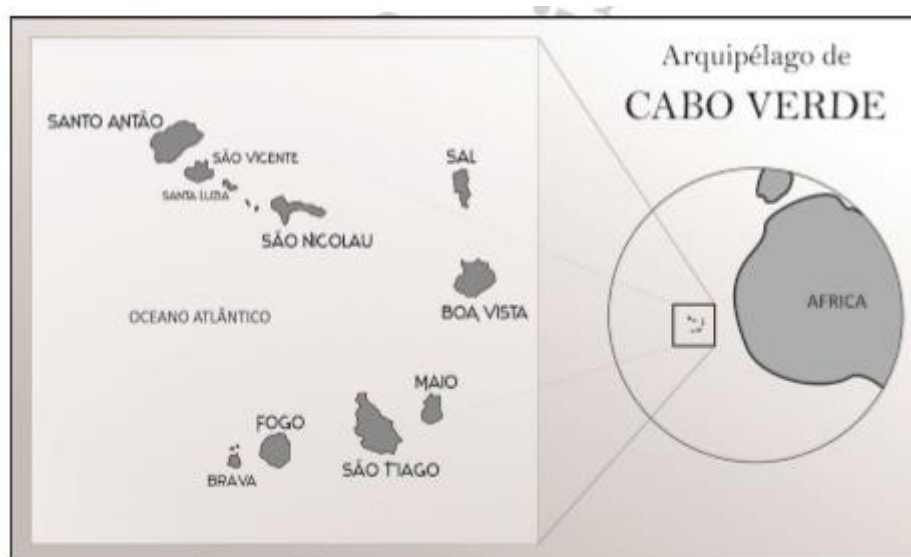
Palavras-chave: Pós-Graduação – Efetivação de Políticas Educacionais - Avaliação e Qualidade Educacional.

1. A Situação Política e Socioeconômica de Cabo Verde

O arquipélago de Cabo Verde é composto por 10 ilhas, situado na zona tropical do Atlântico Norte, a cerca de 450 km a oeste da costa senegalesa.

Segundo o Instituto Nacional de Estatísticas (INE) de Cabo Verde, pelo recenseamento de 2010, a população Cabo-verdiana era de 491.575 habitantes. A densidade populacional é de 119 Hab./km², em uma área territorial de 4.033 km². Esta população majoritariamente se encontra nas cidades (62%), e menos número nas localidades rurais (38%), e quanto ao gênero a diferença é mínima cerca de 50% para ambos os sexos (INE, 2010).

Mapa Geográfico de Cabo Verde.



Cabo Verde foi descoberto em 1460 pelos portugueses. Em 1974 começariam os movimentos de libertação das ex-colônias, reforçado pela Revolta dos Cravos (1974), as ex-colônias Cabo Verde e Guiné-Bissau sentiram motivadas e levarem avante a sua aspiração de se tornarem países independentes. Com uma liderança unificada entre os dois países travaram a luta pela liberdade. Em 5 de Julho de 1975 viram seus esforços e luta recompensada com o reconhecimento da independência de ambos os países.

Assim, desde cedo a saída para Cabo Verde era uma forte aposta na qualificação profissional. Considerado a estrutura do país no momento pós-independência era difícil esta tarefa. Daí a opção pela cooperação externa se apresentou como a melhor, senão a única saída para Cabo Verde naquele momento (Correia e Silva, 2011)

A contribuição de alguns países que nas suas políticas de germinação¹ apoiaram Cabo Verde na sua constituição como país independente.

Segundo Arnaldo Brito (2010) a maioria dos quadros cabo-verdianos, até o presente momento, se formaram nestes países e não no próprio país, tendência essa que só agora começou a inverter, depois de quase quatro décadas.

1.1 O Ensino Superior em Cabo Verde

Apesar de ser um país muito novo, com apenas quatro décadas de história como país independente (1975), Cabo Verde tem se destacado no contexto global como um dos países em via de desenvolvimento em franco crescimento.

A partir do momento que se torna país independente, é natural que o desejo de se consolidar como país torna se maior preocupação deste estado. Para isso era necessárias medidas cabíveis e sábias na busca deste objetivo, de maneira a não comprometer o novo projeto, mas também chamar a atenção dos potenciais aliados internacionais.

E entendendo ser a educação um dos motores, senão o principal motor de desenvolvimento de países na condição que Cabo Verde se encontrava nada melhor do que investir neste setor de capacitação e desenvolvimento intelectual e cultural.

O governo de Cabo Verde entendeu que não seria uma ação estratégica criar o ensino superior na condição que estava, antes pelo contrário, precisava investir nos níveis primários da educação (Básico e secundário), para assim ter condição de chegar com estrutura, capacidade e qualidade ao ensino superior.

Mas para um país que está determinado em crescer não há como postergar e nem recusar a vivência com o ensino superior, a partir da constatação, de que o desenvolvimento de qualquer país passa pela educação e especialmente o ensino superior, Cabo Verde então vai estabelecer acordos de cooperação internacional que permite aos seus alunos se qualificarem e retornarem ao país para contribuir no seu desenvolvimento, sem custo e com qualificações dos países desenvolvidos.

Por três décadas então é esta a experiência e a vivência de Cabo Verde, com ensino superior de qualidade e sem custos. Nem sempre este “retorno de cérebros” é possível, mas na maioria dos casos se logrou êxito, e Cabo Verde pode formar seus quadros e motivá-lo a regressar e contribuir no desenvolvimento do país.

¹Acordos estabelecidos entre dois países para troca de experiência, financiamento de projetos que visam ao desenvolvimento de um determinado país.

Hoje, o país tem condição de ter o seu próprio ensino superior, fruto da formação sem custo dos seus “cérebros”, e por ter convencido os seus parceiros que aproveitou da melhor maneira todo o investimento.

Hoje o país conta com 10 Instituições de Ensino Superior, sendo 1 pública e 9 privadas, e mais de 12 mil estudantes (MESCI, 2012) que vêm se consolidando e desenvolvendo ao longo da última década, e tem buscado adaptar às exigências dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

E como afirma o Correia e Silva, Ministro do Ensino Superior, Ciências e Inovação de Cabo verde “Não existe neste país setor com mais vitalidade do que o ensino superior” (Morais, 2014).

1.2 Avaliação e Qualidade do Ensino Superior em Cabo Verde

Falar da qualidade do ensino não é tarefa fácil, pois não há uma medida pré-estabelecida para medir a qualidade, sendo assim a resposta não é simples, pois isso, passa pela estrutura, oferta, e pelos resultados, ou seja, graduados e pesquisa.

Dado ao rápido crescimento que tem presenciado o ensino superior em Cabo Verde, os desafios de gerir algo novo, tem feito com que pouca atenção seja dada a estes princípios de avaliação periódica de desempenho e promoção.

Outra questão preponderante e essencial à qualidade da pós-graduação em Cabo Verde é a capacidade de pesquisa local, que é praticamente inexistente

Além da qualidade, a avaliação também é uma questão que carece de muita atenção, essencialmente na pós-graduação. E não há como falar de qualidade do ensino, sem avaliação. E neste momento pensando a qualidade, que o subsistema de ensino superior está criando, em parceria com o INEP do Brasil, um “Sistema de Avaliação da Qualidade do Ensino Superior em Cabo Verde”.

Só em 2013, na sequência da aprovação dos Decretos Leis nº 20 e 22/2012 de 19 de Julho e de 7 de Agosto, respetivamente, se decidiu avançar com o processo de avaliação da qualidade do ensino superior, nas suas componentes de acreditação, autoavaliação e heteroavaliação, inspirados em experiências de países como o Brasil (Varela, 2014).

Os esforços estão sendo feitos, e esta proposta de um sistema avaliador, que está sendo elaborado com a cooperação brasileira, deverá ser institucionalizada brevemente,

trazendo uma nova dimensão e compreensão do ensino superior em Cabo Verde, e conseqüentemente na pós-graduação, onde este projeto tem o seu foco.

1.3 A Pós-Graduação em Cabo Verde

O Ensino Superior é um tema cada vez mais estudado, e essencialmente os cursos e programas de pesquisas na área de educação tem debruçado muito sobre o estudo do tema ensino superior, especialmente as políticas públicas para educação.

Este foco de estudos e pesquisas sistemáticos no campo da educação, também vem despertando muito atenção especialmente, para os cursos de pós-graduação, considerando que temos um mercado e sociedades cada vez mais exigentes.

A pós-graduação *stricto sensu* é a última etapa da educação formal e está diretamente ligada aos demais níveis de ensino, uma vez que os seus alunos são oriundos das etapas de ensino anteriores (...) No topo do sistema estão as universidades humboldtianas, conhecidas por patrocinarem a união indissolúvel do ensino e da pesquisa, com a pós-graduação à frente, servindo de modelo ou farol para o sistema... (CAPES, 2010).

Sendo assim, as políticas públicas para a educação têm concentrado muito do seu esforço na formulação e eficiência dos seus cursos de pós-graduação. As políticas educacionais, assim como quaisquer outras políticas públicas não se emergem do acaso, estão diretamente relacionados aos resultados da ação humana, que as define e implementa, estritamente articuladas com o contexto sociopolítico, econômico e cultural da qual eleva-se.

1.4 As políticas de Pós-Graduação em Cabo Verde

O processo de traduzir políticas em práticas é extremamente complexo; é uma alternância entre modalidades. A modalidade primária é textual, pois as políticas são escritas, enquanto que a prática é ação, inclui o fazer as coisas. Assim, a pessoa que põe em prática as políticas têm que converte/transformar essas duas modalidades. (...), a modalidade da palavra escrita e a da ação, e isto é algo difícil de se fazer. (Ball, 2009).

Em Cabo Verde as políticas curriculares da pós-graduação, são muito influenciados pelos países e respectivas universidades, das quais as EIS de Cabo Verde estabelece parceira para a criação dos seus cursos de pós-graduação, como é os casos de Brasil e Portugal.

Por ter aderido ao Processo de Bolonha, a maioria das parcerias para criação destes cursos em Cabo Verde são feitas com universidades portuguesas, contudo carecem ainda de adaptações, pois é necessário tomá-los cursos genuinamente Cabo-verdianos, em alguns casos os currículos se mostram incoerente, e com um déficit de estrutura para sua oferta num contexto, totalmente diferente daquele que foram formuladas:

Na maioria das instituições do ensino superior, o currículo é em grande parte importado de Portugal e é adoptado sem qualquer revisão sistemática da sua relevância para as necessidades de Cabo Verde. Poder-se-ia pensar muito mais na questão de "que tipo de pós-graduação precisa Cabo Verde"? Em alguns casos, o currículo é incoerente porque o pessoal devidamente qualificado não está disponível para ensinar alguns cursos, em tais casos, a solução tem sido muitas vezes simplesmente eliminar esses cursos. Isso faz com que os currículos sejam estruturalmente deficientes (Banco Mundial, 2012).

Por duas décadas, dadas as limitações nacionais, referidas anteriormente, constata-se uma ausência absoluta de qualquer oferta de cursos de pós-graduação no país. As primeiras iniciativas de formação a nível de pós-graduação só foram concebidas a partir de 1998, no ISCEE e no ISE, como já mencionada, em parcerias com universidades portuguesas. Estas instituições ao terem a iniciativa destas ofertas, só puderam assumir as responsabilidades de logística e gestão dos cursos (Varela, 2013).

Como é conhecido, a pós-graduação em Cabo Verde está a dar os seus primeiros passos, já com alguns poucos cursos de mestrado em andamentos e se articular os primeiros cursos de doutorado, que segundo o MESCI (2013), só existia no país um curso de doutorado efetivamente funcionando.

O cenário para a pós-graduação no país começa a mudar com a criação da primeira universidade pública (Uni-CV) do país, em 2006. A partir deste momento a pós-graduação passou a ter uma expressão maior, no seu terceiro ano já contava com 19 cursos de mestrado e 2 doutorados, um integral no país com parceria com uma

universidade Brasileira, e outro parcialmente realizado no país e em uma universidade da Bélgica.

Hoje já existe uma considerável oferta de cursos de pós-graduação no país, embora majoritariamente mestrados em pelo menos 5 das 10, com um déficit grande de cursos de doutorado. Embora haja essas ofertas de cursos, os egressos não são animadores, condicionados principalmente pelas dificuldades financeiras dos alunos com relação às mensalidades.

Segundo Varela (2014), esta é uma questão do financiamento da pós-graduação, merece uma atenção especial do Governo de Cabo Verde, quando das suas políticas para o ensino superior no país. Pois ainda carece de quadros nacionais qualificados para lecionar nestes níveis (mestrado e doutorado), que hoje estão confinados aos níveis de licenciatura e bacharéis.

Os cursos de mestrado e doutorado das universidades cabo-verdianas foram formulados e implementados, majoritariamente, com parceiras externas, de países cooperadores de Cabo Verde, no campo educacional. O que tem sido uma tendência nacional, em todas as etapas e áreas do ensino superior, como constata Morais (2014).

Nem todas IES de Cabo Verde possuem cursos de pós-graduação, existe alguns cursos de especializações e mestrados, mas doutorado ainda está na sua gênese, com dois doutorados no país no ano letivo 2015/2016.

Cursos de Pós-Graduação por IES em Cabo Verde, 2015/2016.

Universidades	Mestrados	Doutorados	Especializações	Total
Uni-CV	13	2	6	21
Uni-Peaget	12	0	0	12
Uni-Mindelo	6	0	2	8
ISCEE	4	0	0	4
M_EIA	0	0	0	0
ISCJS	0	0	0	0
ULBLS	2	0	0	2
ÚNICA	0	0	0	0
US	0	0	1	1
IUE	0	0	0	0
Total	37	2	9	48

Por este levantamento estatístico feito através dos sites institucionais das respectivas IES no país, existem 48 cursos na área de pós-graduação neste ano letivo, sendo 37 mestrados, 2 doutorados e 9 cursos de especialização.

A maioria dos cursos de pós-graduação, e os únicos doutorados são oferecidos pela única universidade pública do país, a Universidade de Cabo Verde (Uni-CV), com 21 cursos na área, sendo 13 cursos de mestrado, 2 doutorados e 6 especializações.

Em segundo lugar está a Universidade Jean Piaget (Uni-Piaget) com 12 cursos de mestrado, seguido da Universidade do Mindelo com 6 mestrados e 2 especializações. O Instituto Superior de Ciências Econômicas e Empresariais (ISCEE) com 4 cursos de mestrado.

A Universidade Lusófona Baltazar Lopes da Silva (ULBLS) conta com 2 mestrados e Universidade de Santiago (US) com apenas 1 especialização. Já o Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (ISCJS), a Universidade Intercontinental de Cabo Verde (ÚNICA), a Mindelo Escola Internacional de Arte (M_EIA), e o Instituto Universitário de Educação (IUE) não possuem nenhum curso na área de pós-graduação, até este momento.

2. Metodologia e Procedimentos Metodológicos

A Pós-Graduação em Cabo Verde é um fenômeno recente, os primeiros cursos estão ainda em fase experimental e muitos ainda nem chegaram a ter seus primeiros diplomados. Daí que um olhar sobre estes cursos, especialmente sobre a forma como foram formuladas e implementadas, carece de um estudo e conhecimento, para melhor entendermos a Pós-Graduação que hoje temos em Cabo Verde, essencialmente como isso chegou a se tornar uma realidade.

Conhecer a motivação, as demandas e as discussões que antecederam a criação da Pós-Graduação até a tomada de decisão por parte do Governo cabo-verdiano, as instituições de Ensino Superior no país e demais envolvidos neste processo, é de suma importância, para conhecer o marco zero ou ponto de partida da Pós-Graduação nacional.

Tendo em conta este cenário, e os desafios que ela impõe para sua análise e conhecimento, faz-se a opção por uma análise metodológica através da análise dos Ciclos de Política.

Entendemos que esta opção metodológica é a mais apropriada para uma análise mais coerente e abrangente deste objeto de estudo que se desdobra em várias etapas e momentos distintos de um mesmo processo.

Para alcançar os objetivos propostos anteriormente, faz-se a opção por utilizar a pesquisa qualitativa, que, segundo Bogdan e Biklen, (1994), pode ser definida como “uma metodologia de pesquisa que enfatiza a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções pessoais”.

Em se tratando de uma pesquisa sobre políticas educacionais, é necessário comprometer-se com uma perspectiva crítica e com a análise da totalidade e suas múltiplas relações, baseada numa investigação aprofundada das mediações mais amplas, como das mais imediatas (Mainardes, 2009).

Considerando isso se faz a opção pela metodologia do ciclo de políticas, como o método de pesquisa, e completado pelo levantamento bibliográfico (livros, artigos, jornais, documentos oficiais), pois segundo Ludke & André (1986), a análise documental constitui uma técnica importante nas pesquisas qualitativas, quer sejam complementando informações obtidas por outras técnicas, quer sejam desvelando aspectos novos de um tema ou problema.

2.1. O método

Trabalhar com análise de políticas públicas é sempre desafio, por isso a compreensão dos conceitos de políticas públicas, devem estar muito claros, mas fica mais claro quando a entendemos através do processo conhecido com ciclo de políticas.

Entendemos o ciclo de políticas, como sendo as cinco fases importante que vai desde o problema até a avaliação da solução criada para este problema através de um processo político. As fases são interligadas de maneira que fica difícil uma divisão clara e exata, na verdade ela é feita para facilitar a compreensão do processo, e não como etapas conclusivas em si mesmas.

Howlett e Ramesh (1990), organizaram as fases do processo da política pública em cinco etapas, denominado por eles de “Improved model” (1) montagem da agenda; (2) formulação da política; (3) tomada de decisão; (4) implementação e (5) avaliação.

1) A primeira etapa é *a identificação do problema e a formação da agenda*, ou montagem de agenda como é denominado no modelo de Howlette e Ramesh. Assim sendo o problema é o ponto inicial para a criação de uma política. Contudo nem todo o problema chega a ser reconhecido pelas autoridades, e mesmo quando isso acontece há todo um processo.

Segundo Kingdon (1984), os problemas se apresentam de maneira distintas, e recebem o mesmo tratamento dos governantes. Cada problema se apresenta de uma forma e assim sendo, cada uma também, é reconhecida ou não de maneira distinta pelas autoridades, e passa a fazer parte da agenda decisório de um governo.

Aqui os esforços visam maior visibilidade do problema e possíveis soluções entre o público e os tomadores de decisão.

2) A partir do momento que determinado problema entra na agenda do governo, então a etapa seguinte é de *Formulação da política e tomada de decisão*. No modelo de Howlette e Ramesh são etapas distintas, mas aqui trabalharemos as duas numa etapa só.

Nesta fase que se apresentam alternativas para responder aquele problema público, este é o momento do debate, das ações interações na busca de soluções, ou da melhor solução para o problema.

Após este diálogo interno, o governo então passa a decisão de qual é a melhor solução para o problema, estabelecendo os alvos, os recursos a serem usados e o tempo determinado para a intervenção. Em todas as fases do ciclo de políticas a tomada de decisão está presente, mas nessa fase ela se caracteriza como um momento crucial, pois é neste momento que se estabelece as diretrizes e o curso de ação visando a efetividade da política, ou seja, a solução do problema.

3) A fase seguinte é a *Implementação da política*. Esta é a parte prática do processo, quando se sai do campo do discurso e do debate para a ação concreta. Aqui se dá o comprimento de tudo que foi debatido e decidido antes, e se bem implementadas garantem o sucesso da política. Nesta fase é necessário visualizar se os objetivos já estão sendo alcançados, ou se já é necessária alguma readequação ou redefinição.

A implementação de uma política passa a ser uma interação entre o contexto e as organizações que respondem pela sua implementação.

4) A última fase deste ciclo é a *Avaliação*. Este sem dúvida é uma das fases mais debatida, essencialmente devido distintas concepções à volta da ideia de avaliação, e das metodologias considerando objeto de avaliação. Embora dentro do ciclo a avaliação aparece como a etapa final, ela é essencial em todas as etapas, por oferece subsídio para as tomadas de decisões.

Segundo Aguilar e Ander-Egg (1994):

A avaliação é uma forma de pesquisa social aplicada: sistemática, planejada e dirigida; destinada a identificar,

obter e proporcionar, de maneira válida e confiável, dados e informações suficientes e relevantes para apoiar um juízo sobre o mérito e o valor de diferentes componentes de um programa ou de um conjunto de atividades específicas que se realizam, foram realizadas ou se realizarão.

2.2 Forma de Análise de Resultados

O objetivo é buscar caminhos para análise de políticas públicas da educação, caminho este que não é de todo conhecido, mas que precisa ser construída e consolidada ao longo das pesquisas.

A intenção é usar o ciclo de políticas, dentro das suas possibilidades e limites, para analisar o percurso na construção das políticas de pós-graduação em Cabo Verde, e sua continuação visando a efetividade das políticas implementadas.

Através do ciclo de política, recuperar o percurso, as negociações e o desenvolvimento das políticas públicas da pós-graduação. Entender os momentos cruciais desta construção e os envolvidos em cada etapa do processo.

Primeiramente analisar como é que se tornou um problema ou necessidade pública a questão da pós-graduação nacional, e entrou na agenda do governo. Depois entender como e por quem foram formuladas as políticas de pós-graduação no país, e a partir de que momento ou condições se chegou a decisão da criação da pós-graduação nacional, e todos processos decisórios.

Em Cabo Verde, especialmente no ensino superior, nem sempre quem decide é quem implemente ou acompanha o processo de implementação, dado ao fato de 90% das IES do país são privadas. Daí que a análise nesta questão merece uma atenção especial e consciente, para melhor compreensão do processo político do discurso para a prática. O sucesso ou insucesso de muitas políticas pode estar não na sua formulação ou implementação, mas no diálogo coerente entre estas duas etapas.

Entendendo ser um processo muito recente a criação da pós-graduação em Cabo Verde, e ainda buscando políticas de efetividade, a avaliação se torna uma grande aliada, e essencialmente a avaliação da trajetória até esse momento, mais do que uma avaliação do momento da pós-graduação uma análise da sua trajetória neste momento é de maior urgência.

Após a coleta dos dados (levantamento bibliográfico e entrevistas) tanto no Brasil como em Cabo Verde, junto aos alunos, professores, técnicos e todos os que pela sua contribuição na construção e criação das políticas de pós-graduação no país, levando em

conta as observações e de acordo com as categorias já estabelecidas, fazer uma análise desses dados numa perspectiva interpretativa e/ou descritiva visando os objetivos propostos.

3. Bibliografia

Aguilar, J. e Ander-Egg E. (1994). **Avaliação de serviços e programas sociais**. Petrópolis: Ed. Vozes.

BALL, S.J. (2009). Um diálogo sobre Justiça Social, Pesquisa e Política Educacional. In *Educação & Sociedade*. 30 (106), 303-318.

BANCO MUNDIAL (2012). *Construindo o Futuro: Como é que o Ensino Superior Pode Contribuir Para a Agenda de Transformação Económica e Social de Cabo Verde*. Um Estudo do Banco Mundial.

Bogdan, R. e Bieklin, S. (1994) ***Investigação qualitativa em Educação: Uma introdução à teoria e aos métodos***. Portugal, Porto Editora.

CAPES (2010). *Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2012*. Volume I. Brasília.

INE (2010). Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde. Resultados preliminares do Recenseamento Geral da População e Habitação.

Kingdon, J.(1995). *Agendas, Alternatives and Public Policies*. USA: Harper Collins College Publishers.

Ludke, M, Andre, M.(1986). ***Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas***. São Paulo: E.P.U.

Mainardes, J. (2009). Análise das Políticas Educacionais: breves considerações teórico-metodológicas. *CONTRAPONOTOS – Volume 9, nº 1 – pp.4-16 – Itajaí*.

MESCI (2012). *Anuário 2011-2012*. Ministério do ensino superior, Ciência e Inovação.

Morais, O. **INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: a cooperação bilateral entre Brasil e Cabo Verde no Ensino Superior**. Editora CRV, Curitiba, 2014.

Varela, B. (2014). Políticas Atuais do Ensino Superior. In *Atas do XII Congresso da Sociedade Portuguesa das Ciências da Educação*. Vila Real: Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro, pp. 2573-2598.

Varela, B. (2013). *Evolução do Ensino Superior Público em Cabo Verde: Da Criação do Curso de Formação de Professores à Instalação da Universidade Pública*. Coleção Aula Magna Vol. 3. Praia.

6.1 Entrevistas

BRITO, A. (2010). Entrevista. Praia.

Correia e Silva. (2011). Entrevista. Praia.